

Número Especial Comemorativo
20 anos do Curso de Pedagogia da Cairu

Educação Inclusiva: percurso social e escolar de uma estudante com paralisia cerebral

Tatiana de Jesus Carvalho¹

Elisete Santana da Cruz França²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar os desafios e as oportunidades encontradas por uma estudante com paralisia cerebral em seu percurso escolar e social. Trata-se de uma investigação de abordagem qualitativa, inspirada pesquisa biográfica e na história de vida de Claudenice Almeida Carvalho³ Mulher negra, 52 anos de idade com paralisia cerebral parcial, residente em Salvador, em que se estabelece uma relação do seu percurso escolar e social com a temática da inclusão social e escolar no contexto atual. Como resultado, o estudo evidenciou que o processo de inclusão de alunos com paralisia cerebral no sistema educacional ainda é algo em expansão, e que, atualmente, é notório a preocupação em buscar investimento nos aspectos estruturais e curriculares, pois fazem uma grande diferença na aprendizagem e desenvolvimento destes estudantes.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Paralisia Cerebral. Percurso Formativo.

Abstract: The aim of this article is to analyze the challenges and opportunities encountered by a student with cerebral palsy in her school and social life. It is a qualitative investigation, inspired by biographical research and the life story of Claudenice Almeida Carvalho, a 52-year-old black woman with partial cerebral palsy, living in Salvador, in which a relationship is established between her school and social journey and the theme of social and school inclusion in the current context. As a result, the study showed that the process of including students with cerebral palsy in the educational system is still expanding, and that there is currently a notable concern to

¹ Graduanda em Pedagogia pela Fundação Visconde de Cairu. Atualmente atua como Secretária Escolar, em uma escola da Rede Municipal de Ensino. E-mail: taticarv75@gmail.com

² Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Fundação Visconde de Cairu (FVC), Doutora em Difusão do Conhecimento, pela UFBA e Mestre em Crítica Cultural pela UNEB. Membro dos Grupos de Pesquisa, Enlace e Formaci. E-mail: zeteFranca26@gmail.com

³ Informamos que as autoras do artigo foram autorizadas a utilizarem o nome da participante da pesquisa por solicitação dela. Salienta-se ainda que o termo de livre consentimento se encontra assinado e autorizado pela participante e responsáveis.

seek investment in structural and curricular aspects, as they make a big difference to the learning and development of these students.

Keywords: School inclusion. Cerebral Palsy. Formative path.

Introdução

O interesse pela temática da Educação Inclusiva, em particular a inclusão de estudantes com paralisia cerebral na sala de aula nas escolas do sistema público de ensino, surge por motivos pessoais de uma das autoras da pesquisa e acadêmicos. A temática apresenta uma implicação direta com as vivências de Tatiana Carvalho pelo fato de experienciar momentos com/na vida de Claudenice Carvalho, sua tia. Momentos estes marcados por diversos obstáculos relacionais, sociais, culturais, físicos e educacionais que impactaram o processo de aprendizagem e socialização de Claudenice. Assim, concluir a Educação Básica foi, para ela, algo que só foi possível graças ao apoio e estímulo da família e de profissionais comprometidos com a educação para todas as pessoas, numa época que poucas eram as pessoas com deficiência que conseguiam estudar e concluir seus estudos.

No que se refere ao campo acadêmico as autoras têm uma implicação direta com a temática, pelo fato de atuarem na educação básica, bem como campo investigativo do processo da operacionalização e implementação das políticas públicas específicas para inclusão de pessoas com deficiência⁴ no âmbito educacional. Vale reafirmar que o fator principal para o estudo são as vivências no “chão da escola”, bem como as discussões presentes nos diálogos tecidos no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Fundação Visconde de Cairu. Espaço formativo que vem propiciando um debate contínuo sobre o respeito as diferenças e a importância da implementação das políticas públicas para garantir o direito ao acesso e a permanências das pessoas com deficiência na educação formal.

Sendo assim, a convivência direta com a pessoa deficiente, nos âmbitos familiar, profissional e acadêmico fomentou a busca de novos conhecimentos sobre a temática, fato que possibilitou qualificar a pesquisa sobre inclusão, que consideramos

⁴ Conforme o artigo 2º, da Lei Brasileira de Inclusão, “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” Brasil (2015, p. 08).

um tema, necessário e de grande importância para a promoção de uma educação para todas as pessoas, independentemente de qualquer marcador social de diferença. Visto que nos cotidianos escolares, familiares e sociais, observa-se que a inclusão social, educacional e profissional de pessoas com deficiência ainda não está sendo feita de forma adequada e equânime.

Sabemos que não é fácil o processo de inclusão, mas só quem tem uma pessoa com deficiência na família, como é o nosso caso, percebemos o quanto é difícil ouvir de um profissional especializado que o seu filho ou um ente querido tem alguma deficiência. É um momento de luto, nesse sentido é pertinente citar Alves (2012), que comenta sobre a morte do filho idealizado, é a morte simbólica que pode ocorrer em qualquer período da vida, principalmente após um diagnóstico de uma doença. No entanto, é preciso compreender a necessidade do diagnóstico e passar pelo processo de angústia, tristeza, desespero e dor, entretanto, é fundamental o diagnóstico e ação proativa da família para que as pessoas com deficiência tenham seus direitos garantidos e sejam atendidas conforme suas necessidades e especificidades.

Em se tratando da Educação Inclusiva, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) 13.146/2015, que busca assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para as pessoas com deficiência, e outras legislações existentes, observa-se alguns avanços no campo das políticas públicas e da inclusão social, educacional e profissional. No entanto, percebe-se que ainda existem algumas lacunas no processo de implementação da legislação, não só no campo educacional como no âmbito social e cultural; mas em comparação a décadas atrás, avançou-se bastante no campo das políticas públicas voltadas para inclusão social, educacional e profissional das pessoas com deficiência, mas que é preciso avançar ainda mais para que elas possam ter mais autonomia e exercer plenamente os seus direitos e cidadania. Ante o exposto, este artigo parte da seguinte indagação: Quais foram os desafios e as oportunidades encontradas por uma estudante com paralisia cerebral em seu percurso escolar e social?

Dessa forma, este estudo tem como objetivo analisar os desafios e as oportunidades encontradas por uma estudante com paralisia cerebral em seu percurso escolar e social. Assim, espera-se que este estudo sirva de subsídios para professores e demais envolvidos com o processo educacional e formativo de pessoas com deficiência, possam desempenhar suas funções de forma eficaz, conforme a legislação em vigor e as demandas e especificidades destas.

Para facilitar o processo discursivo, o artigo encontra-se estruturado em cinco tópicos: o primeiro traçaremos o percurso metodológico que norteou a investigação, em seguida apresenta-se os conceitos científicos relacionados a paralisia cerebral, ampliando a discussão o artigo buscará discutir sobre a relação da inclusão social e educação inclusiva, evidenciando posteriormente o processo de inclusão de pessoas com paralisia cerebral no ensino regular, finalizado a discussão apresentado a história de vida da participante da pesquisa relatando sua trajetória familiar, social e educacional; bem como apresenta as considerações e inconclusão do estudo que fomentou novas inquietações.

Percurso teórico metodológico: História de vida.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que consideramos pertinente com nossa investigação, visto que a principal característica dessa abordagem é o “[...] contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada[...]” (Lüdke; André, 1986, p.11), sendo assim, esse contato foi uma das marcas dessa investigação, pois, uma das autoras vivenciou e vivencia as experiências de vida de/com Claudenice. Dessa forma, buscamos nos apoiar na história de vida que:

a histórias de vida é, assim, um processo de construção de conhecimento a partir da relação específica entre dois atores: pesquisador e sujeito pesquisador –pelo pesquisador, como método que pressupõe a existência de vínculo; pelo sujeito, participante da pesquisa que narra sua história, num dado momento de sua vida”. (Nogueira; Barros; Araujo, 2017, p. 468).

E é esse o propósito dessa narrativa, tecer a história de vida de Claudenice Almeida Carvalho, uma mulher preta empoderada, atualmente com 52 anos, moradora do bairro Ribeira, localizado na Península de Itapagipe, em Salvador/Ba, que realiza algumas atividades cotidianas de forma autônoma, mesmo diagnosticada com paralisia cerebral parcial.

Tendo em vista que uma pesquisa sobre uma História de Vida abre portas para compartilhamento de experiências, além de ser um “método com a profundidade necessária para a compreensão dos conflitos humanos, especialmente daqueles que são silenciados permanecendo à margem da sociedade, [...]” (Alves; Silva, 2022, p. 09), e esse é um fato evidenciado na vida de nossa entrevistada, pois, a trajetória de

Claudenice, pode trazer reflexões preciosas aos estudos sobre a deficiência e sobre o processo de inclusão/exclusão dos sujeitos sociais nas instituições escolares.

Outro dispositivo metodológico que nos apoiamos foi a pesquisa biográfica, que de acordo com segundo Delory-Momberger (2012, p. 524), “o objeto da pesquisa biográfica é explorar os processos de gênese e de devir dos indivíduos no seio do espaço social, de mostrar como eles dão forma a suas experiências, como fazem significar as situações e os acontecimentos de sua existência.” De modo, afirma o referido autor, a “[...] perceber a relação singular que o indivíduo mantém, pela sua atividade biográfica, com o mundo histórico e social e em estudar as formas construídas que ele dá à sua experiência.” (Delory-Momberger, 2012, p. 524).

Assim, no desenvolvimento da pesquisa, como procedimento e técnica de coleta dos dados, foram realizadas conversas Claudenice no intuito de recolher e recortar diferentes momentos, com o objetivo de registrar sua trajetória familiar, social e educacional. A sensibilidade da escuta foi utilizada pelo pesquisador– sujeito-pesquisador, com objetivo de transformar as anotações, em um diário de bordo a partir de um olhar afetivo, reflexivo e crítico.

Contudo, o entendimento de Delory-Momberger (2012, p. 525) reflete uma imagem sobre a atividade biográfica como:

[...] a atividade biográfica não fica mais restrita apenas ao discurso, às formas orais ou escritas de um verbo realizado. Ela se reporta, em primeiro lugar, a uma atitude mental e comportamental, a uma forma de compreensão e de estruturação da experiência e da ação, exercendo-se de forma constante na relação do homem com sua vivência e com o mundo que o rodeia.

A atividade biográfica, como podemos perceber, não se limita à narração dos fatos da vida, mas também envolve uma atitude mental e comportamental, sendo uma maneira de compreender e estruturar a experiência e a ação humana.

Mas a história de vida, através dos métodos biográficos, possibilita uma narrativa de elementos ao recordar das informações, mas que necessita de uma busca coletiva de saberes, que determinaram uma estrutura de registros e fatos outrora esquecidos, devido ao tempo. Esse exercício constante de reflexão e compreensão, permeia todas as relações do ser humano com sua vivência e com o mundo que o rodeia, ainda que seja incompleta e marcadas por passado, sendo que “de um presente ávido pelo passado, cuja percepção é a apropriação veemente do

que nós sabemos que não nos pertence mais” (Bosi, 2003, p.20). Portanto, a atividade biográfica se manifesta não apenas em textos ou falas, mas também nas atitudes, decisões e comportamentos que constituem a vida de uma pessoa. Por essa ótica, buscamos estabelecer uma relação do percurso escolar e social de Claudenice pesquisada com a temática da inclusão social e escolar e da Educação Inclusiva no contexto atual.

Conceitos, causas e características da Paralisia Cerebral

A Paralisia Cerebral é marcada especialmente pela disfunção motora, contudo, ela é sempre seguida de outras disfunções. Segundo Pereira (2018), A estimativa de casos de Paralisia Cerebral, ao longo das décadas, tem sido de 2,1 para 1.000 nascidos vivos, geralmente, com prevalência em grupos populacionais e regiões que apresentam desigualdade de cuidados, desde a atenção pré e perinatal aos cuidados ao recém-nato. O autor continua ainda afirmando que o diagnóstico precoce é um dos determinantes para um melhor prognóstico, no entanto, em média, acontece entre os 18 e 24 meses de vida, período mais adequado, do ponto de vista da neuroplasticidade, para se fazer as intervenções, e isso tem sido um dos maiores limitantes na eficácia das intervenções. Daí a importância de identificação dos sinais precoces nas avaliações pediátricas, tendo em vista que uma intervenção sistematizada, durante os dois primeiros anos de vida, período de intensa neuroplasticidade, aumenta as perspectivas de recuperação funcional (Pereira, 2018).

A paralisia cerebral, também denominada de encefalopatia crônica não progressiva da infância ou dismotria cerebral ontogenética, considerada, segundo Petean e Murata, (2000, p. 40), uma das causas mais frequente de problemas neurológicos na infância, que acarreta deficiência físicas e/ou mentais, pode ser definida “[...] como distúrbio de função motora devido a lesões cerebrais ocorridos no sistema nervoso central no período de desenvolvimento”.

Na concepção de Souza (2005, p. 51), “um grupo de desordens do movimento e da postura, causando limitação de atividades, que são devidas a alterações não progressivas que ocorreram no cérebro fetal ou infantil.” Ou seja, uma disfunção motora central que, de acordo com Pereira (2018), afeta o tônus, a postura e os movimento, decorrente de lesões permanentes ao cérebro em desenvolvimento, causada por influência de variados fatores.

De acordo com Franco e Guerra (2015, p. 313):

São muitas as causas da paralisia cerebral e essas podem ser classificadas conforme a temporalidade da ocorrência como: pré-natal (antes do nascimento), perinatal (durante o nascimento) e pós-natal (depois do nascimento). Dentre os fatores de risco para lesões pré-natais temos as infecções intrauterinas (rubéola, toxoplasmose, citomegalovírus), sofrimento fetal, entre outros que podem interferir no desenvolvimento normal do cérebro.

Ou seja, é uma condição complexa que pode resultar de uma variedade de fatores e eventos que interferem no desenvolvimento normal do cérebro. Nesse sentido, Pereira (2018, p. 52) comenta:

São fatores para risco aumentado de paralisia cerebral todos os que influenciam negativamente a saúde da mãe, a exposição a agentes tóxicos e infecciosos, as condições de viabilidade e nutrição do bebê, as condições de parto e a ocorrência de eventos hipóxicos ou traumáticos no período perinatal. As condições de maior risco para o desfecho de paralisia cerebral são a prematuridade abaixo de 28 semanas, o peso do nascimento abaixo de 1500g e o índice de vitalidade do recém-nascido aferido pelo índice de apagar menor que 7 no quinto minuto. Ademais, entende-se que múltiplos fatores potencializam o dano cerebral.

Esses fatores estão relacionados à saúde da mãe, à exposição a agentes tóxicos e infecciosos, às condições de viabilidade e nutrição do bebê, às condições de parto e à ocorrência de eventos hipóxicos ou traumáticos durante o período perinatal. Todo o cuidado com a saúde gestacional é crucial para perceber e tomar medidas necessárias enquanto está sendo formado o feto.

As diferentes respostas nas estruturas que deveriam ser regulares numa gestação saudável já são um sinal de alerta, mesmo sendo precoce. Uma abordagem diagnóstica nos primeiros contatos da gestação entre médicos e pacientes é fundamental. É importante pesquisar os fatores genéticos que podem ser evidentes nos exames de imagem e clínicos. Exemplos incluem históricos de ocorrências cardiovasculares, convulsões de origem desconhecida, falta de oxigênio no sangue, alterações da consciência, presença constante de febre nos trimestres gestacionais, uso de medicamentos aleatórios, uso de entorpecentes e sangramentos. Esses são riscos comuns que podem exigir um início de tratamento mais rigoroso devido à

progressão desses sintomas. Abaixo apresentamos tabelas utilizada por Pereira (2018) no que se refere a classificação da PC.

Tabela 1 - Classificação da PC por tipo de lesão e principais características clínicas

	Tipo de acometimento	Proporção de casos	Grupo de risco	Clínica
Diplegia espástica	Lesão periventricular	13-25%	prematuridade	Hipotonia seguida de hipertonia e sinais piramidais em membros inferiores com atraso motor
Hemiplegia espástica	AVC neonatal, distúrbios circulatórios pré-natais, malformações	21-40%	Bebês a termo e AIG	Assimetria motora, dominância precoce, coordenação bimanual inábil e posturas anômalas, sinais piramidais unilaterais, reação de proteção assimétrica
Quadriplegia espástica	Infecção congênita, disgenesia cerebral e eventos perinatais	20-43%	Bebês PIG mas pode ocorrer em pré-termos	Síndrome piramidal de membros superiores e inferiores, grave atraso motor. Pobre controle de cabeça, espasticidade cruzada nos membros inferiores. Não auxiliam na manobra de "pull to sit".
Discinética	Lesão de tálamo, gânglios da base e hipocampo, formação reticular e cerebelo. EHI. Kernicterus	12-14%	Geralmente termo	Hipotonia ou hipertonia, posturas anormais, caretas e salivação intensa. Aos 2 anos as discinesias se mostram mais importantes.
Atáxica	Eventos perinatais precoces, malformações e causas genéticas	4-13%	Geralmente Termo	Hipotonia, ataxia, fala lenta. Em geral, melhora com a idade.

Fonte: Pereira (2018, p. 53).

A tabela 1 aponta o crescimento dos casos de hemiplegia espástica e a quadriplégica, ocorridos no período da formação do embrião. Desta a necessidade de ajuda por terceiros para fazer tarefas simples, como dependência total mesmo que não saibam como agir no primeiro momento.

Tabela 2 - Sistemas de Classificação de funcionalidade Motora Grosseira (GMFCS); Manual (MACS); Comunicação (CFCS) e de Alimentação (EDACS)

Nível Funcional	GMFCS Motor Grosseiro	MACS Manual	CFCS Comunicação	EDACS Alimentação
I	Anda sem limitação	Segura objetos facilmente	Envia e recebe mensagens eficientemente	Come e bebe eficientemente e de maneira segura
II	Anda com limitação mas sem auxílio	Segura objetos com velocidade/ aptidão reduzida	Eficiente, mas lento	Efetivo com alguma perda de qualidade
III	Equipamento de apoio bengala/andador	Segura objetos com dificuldade, necessita de ajuda	Eficiente com pessoas conhecidas	Limitações de segurança e eficiência
IV	Limitações de mobilidade. Cadeira motorizada	Segura alguns poucos objetos de maneira adaptada	Inconsistente com familiares	Limitações significativas de segurança
V	Transportado em cadeira manual	Não segura objetos	Raramente efetivo	Incapaz de alimentação segura

Fonte: Pereira (2018, p. 53).

Como podemos ver na tabela 2 e observa Pereira (2018), a paralisia cerebral é uma doença crônica que afeta diferentes aspectos do desenvolvimento do indivíduo, que requer intervenções comprovadamente eficazes, as quais podem ser

compreendidas como um conjunto de técnicas que inclui, além de atividades de intervenção terapêutica, medicamentos e procedimentos cirúrgicos ou não. Nas palavras da referida autora:

A paralisia cerebral é uma doença crônica que necessita de tratamentos multidisciplinares, intensivos e coordenados com a finalidade de recuperar funções motoras ou ao menos adaptar a funcionalidade do indivíduo de forma independente. São numerosos os tratamentos existentes que se propõem a influenciar positivamente ou mesmo curar a paralisia cerebral, mas, infelizmente, muitos deles foram elaborados sem bases científicas e por muitas décadas foram empregados com resultados inconsistentes. (Pereira, 2018, p. 02)

Independentemente de suas características, a deficiência exige que, a curto, médio ou longo prazo, sejam motivados os estímulos dos movimentos do corpo. Esses movimentos, muitas vezes isolados, mais conscientes e fracos, podem não responder ao controle ou equilíbrio. O distúrbio do cérebro, provindo alterações sofridas ao longo da formação da criança, em funcionamento, pode estacionar e armazenar informações ao corpo, necessita dos tratamentos multidisciplinares para estabelecer a comunicação e trabalhar a coordenação e o desenvolvimento neuromotor.

Inclusão Social e Educação Inclusiva

A discussão sobre inclusão social e educacional de pessoas com deficiência não é algo recente na sociedade brasileira. Desde o século passado, mas especificamente a partir da Constituição Federal de 1988, que afirma que a educação é um direito de todas as pessoas (Brasil, 1988), da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtien, na Tailândia, e da Declaração de Salamanca (1994), um dos principais documentos internacionais que fornecem diretrizes básicas para a inclusão social e educacional de pessoas com deficiência, que essa temática tem sido recorrente em todos os setores da sociedade, em particular no ambiente escolar.

Desde então, ainda que de forma tímida, o Estado brasileiro passou a instituir políticas públicas voltadas para a garantia de direitos das pessoas com deficiência, nos diferentes aspectos da vida em sociedade, principalmente no que se refere aos direitos humanos. A Lei de nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, denominada de Estatuto da Pessoa

com Deficiência, em seu artigo 3º, por exemplo, apresenta considerações importantes acerca da acessibilidade, do desenho universal e da tecnologia assistiva, tendo em vista a sua efetivação nas diferentes esferas da sociedade brasileira.

Art. 3º Para fins de aplicação desta lei, consideram-se:

I – Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II – Desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

III – A tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (Brasil, 2015)

Como podemos perceber, a lei busca garantir as condições necessárias para que as pessoas com deficiência tenham autonomia, independência e acessibilidade aos diferentes espaços sociais. No entanto, mesmo com a obrigatoriedade que dispõe a lei, nos diferentes espaços sociais, inclusive no espaço escolar, ainda há dificuldade no oferecimento desses serviços, recursos, projetos e programas.

Como observam Freitas e Tenório (2015, p. 22):

As políticas públicas certamente têm favorecido, seja por estimulação ou recomendação, seja por imposição de ações voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência na educação. Mesmo assim, elas não ocorrem de forma equânime, o que dificulta a garantia da inclusão e, conseqüentemente, os estudantes com deficiência ainda convivem com a falta de acessibilidade em suas diversas dimensões.

No campo educacional, a partir das políticas públicas instituídas, foi sendo modificado o contexto escolar, os recursos e as práticas pedagógicas, a formação e atuação dos profissionais envolvidos com o processo educacional. Como observam Martins e Leitão (2012, p. 60):

O movimento de Educação Inclusiva, que ganhou especial relevância sobretudo nas duas últimas décadas, tem-se constituído não apenas como um conjunto de documentos legais, ou um novo nome para a integração, mas promove um novo paradigma de ESCOLA organizado em conformidade com a individualidade de cada aluno, receptivo à diferença e diversidade de perfis e ritmos de desempenho.

Assim, por estas perspectivas, da educação como direitos de todas as pessoas (Brasil, 1988) e de um sistema de ensino inclusivo (Declaração de Salamanca, 1994), a discussão sobre a educação das pessoas com deficiência ganhou maior destaque e visibilidade nos diferentes setores da sociedade brasileira, em particular no campo acadêmico e das políticas públicas. Ampliando, desta forma, as discussões e reflexões sobre a educação dessas pessoas, relacionando a construção de um ambiente escolar adequado ao desenvolvimento e à aprendizagem delas, com foco na Educação Inclusiva, centrado no sistema regular de ensino.

Para Lopes e Fabris (2013, p. 77):

Colocar-se favorável a processos inclusivos no cenário nacional e internacional e defender essa posição tem sido uma constante nos nossos dias. Observamos essa defesa nos debates políticos, nas associações, nos sindicatos, nas escolas e demais instituições. Também em todas as expressões midiáticas da contemporaneidade. Acreditamos que o imperativo da inclusão tem dominado todos os níveis de ensino e espaços da sociedade. Hoje não há quem em lúcida consciência possa se colocar contra a inclusão. Por outro lado, essa posição por si mesma não garante processos mais inclusivos.

Com isso, ampliou-se também a compreensão da importância de as pessoas com deficiência serem incluídas nas salas de aula das escolas do sistema regular de ensino, no convívio social, da educação inclusiva, bem como um currículo escolar que respeite, valorize e contemple a diversidade e as diferentes presenças que se fazem presentes no ambiente escolar e na sociedade como um todo. Conforme orienta a Declaração de Salamanca (1994, p. 17):

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas.

Por essa ótica, compreende-se que respeitar, valorizar e contemplar a diversidade e as diferentes presenças que se fazem presentes no ambiente escolar e na sociedade é reconhecer que existe um caminho para a inclusão, que esta nova estrutura esteja em prol do bem-estar de todos, em que “o eu, o ou e o nós” (Brasil, 2017) sejam elementos de mediação de relações permeadas por interações positivas. Para isso, espera-se que os diferentes espaços sociais, inclusive o espaço escolar, promova igualdade de oportunidade, acolhimento e interação entre todas as pessoas, desenvolvendo, assim, uma cultura de valorização da diversidade e das diferenças, por conseguinte, uma sociedade mais justa e igualitária.

Uma escola que se pensa inclusiva, como ressalta César (2003, p. 119):

[...] é uma escola onde se celebra a diversidade, encarando-a como uma riqueza e não como algo a evitar, em que as complementaridades das características de cada um permitem avançar, em vez de serem vistas como ameaçadoras, como um perigo que põe em risco a nossa própria integridade, apenas porque ela é culturalmente diversa da do outro, que temos como parceiro social.

Todavia, sabemos que ainda hoje, mesmo com as mudanças de paradigmas educacionais conquistadas na legislação brasileira e internacional, é um desafio para a maioria das escolas e dos profissionais que nelas atuam colocar em prática uma educação de fato e de direito inclusiva. A inclusão, como nos chama a atenção Mantoan (2003, p. 32) “[...] é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno.”

Sabemos também que tanto o acesso quanto a permanência de estudantes com deficiência nas escolas do sistema regular de ensino ainda continua sendo muito desafiador, pois muitas são as barreiras que encontram para estudar e se desenvolver social, intelectual e profissionalmente. Como ressalta Araújo (2020, p. 219):

As instituições escolares, em que se pensa inclusivas, democráticas e igualitárias, ainda apresentam muitas lacunas a serem preenchidas para que a inclusão de pessoas com deficiência se concretize de fato no cotidiano escolar e de sala de aula, em todos os níveis e modalidades de ensino.

A escola necessita preparar-se antes e durante a entrada de alunos com deficiência, de modo que eles se sintam pertencentes ao espaço escolar como qualquer outro estudante. Como pontuam Martins e Leitão (2012, p. 60):

A entrada de um aluno com Necessidades Educativas Especiais (NEE) no ensino regular significa, frequentemente, o confronto com barreiras físicas, sensoriais e organizacionais, que dificultam ou impedem o acesso às instalações, à leitura/escrita de um documento com autonomia, às tecnologias digitais ou a uma estrutura curricular adequada. As práticas pedagógicas, apesar de se aproximarem dos modelos estabelecidos pelo enquadramento legislativo, encontram ainda barreiras e pré-conceitos patentes em estratégias de diferenciação pré-determinadas e, não raro, circunscritas à reprodução de programas previamente definidos.

Compreender e analisar os diferentes tipos de deficiência pode ser uma tarefa complexa e inconclusiva. Por conseguinte, garantir esforços contínuos de atualização e reestruturação é essencial (Mantoan, 1997). Assim, as instituições de ensino devem estar preparadas para reconhecer os obstáculos e buscar superá-los.

A inclusão de pessoas com paralisia cerebral na educação básica

As discussões sobre a inclusão de pessoas com paralisia cerebral e outras comorbidades nas escolas do sistema regular de ensino, como podemos perceber, não é algo recente no Brasil. No entanto, nos últimos anos, a temática tem tido uma maior visibilidade em todas as esferas da vida em sociedade e, ultimamente, ganhando cada vez mais espaço na mídia, em particular, nas redes sociais.

Nesta perspectiva da inclusão escolar, entende-se que é função das instituições de ensino garantir o acesso e a permanência destes estudantes conforme a legislação em vigor e orientam as diretrizes curriculares nacionais voltadas para a Educação Inclusiva. Contudo, mesmo o Brasil seguir adotando oficialmente uma política educacional inclusiva, observa-se que,

[...] a escola pública brasileira, de uma maneira geral, não está ainda em condições de prover todas as necessidades que se fazem necessárias para o pleno desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social dos alunos com paralisia cerebral. Portanto, é preciso que diferentes setores da sociedade possam articular ações conjuntas para que, de fato, a esses alunos sejam garantidos não apenas o acesso à escola, mas a sua permanência nela, com uma educação de

qualidade, que lhes possibilite condições possíveis para sua formação e exercício da cidadania. (Melo; Martins, 2007, p. 125)

As escolas, assim como os demais espaços sociais, necessitam estar preocupados no acolhimento das pessoas com deficiências, não investir apenas nos recursos e equipamentos apropriados para o processo de inclusão, mas no preparo de uma equipe multidimensional, que por sua vez, abrace com responsabilidade os estudos e estratégias e aplicações de diferentes métodos aprovados que proporcionado um trabalho dinâmico de modo a estabelecer projetos políticos que atuem nas barreiras.

A inclusão das pessoas com paralisia cerebral na educação, como pondera Rocha (2023, p. 80), “é fundamental para sua formação como cidadão e para sua integração social.” No entanto, no seu entendimento, “é preciso que as escolas se comprometam a oferecer os recursos e adaptações necessários para garantir o acesso e a participação efetiva da criança nas atividades escolares, além de promover uma cultura de inclusão e valorização da diversidade.” (Rocha, 2023, p. 80). Sabendo-se que a inclusão faz parte dos elementos principais ao desenvolvimento humano, mesmo com características distintas, processos evolutivos diferentes, a comunicação, o respeito mútuo, e atenção as necessidades básicas que transmitem segurança, afeto em qualquer ambiente.

Práticas inclusivas no ambiente escolar, segundo Rocha (2023), são de fundamental importância para garantir que todos os estudantes, independentemente de sua condição física, tenham acesso à educação de qualidade. Tais práticas, no caso dos estudantes com paralisia cerebral, afirma a referida autora, torna o ambiente escolar mais acolhedor e inclusivos, bem como em atender as necessidades específicas deles e que entre as práticas inclusivas mais importantes estão: adequação do espaço físico; uso de recursos tecnológicos a exemplo de Softwares e aplicativos de acessibilidade para facilitar o processo de ensino e aprendizagem; adaptação do material didático; atendimento individualizado; valorização das habilidades individuais de cada sujeito social e a interação social é fundamental para o desenvolvimento das crianças com paralisia cerebral.

As estruturas inclusivas propõem um caminho para que a educação inclusiva aconteça, seja nas adaptações de recursos até o atendimento individualizado, pois são caminhos que implicam a educação inclusiva. Embora essas iniciativas levem em

consideração no ato de repensar, contestar modelos, pedagogias homogêneas e repetitivas, que não abrangem a igualdade, a ética, as experiências relacionais que justificam a ressignificação da aprendizagem.

Trajetória familiar, social e educacional de uma estudante com paralisia cerebral

Esse estudo tem a autorização legal de Claudenice de Almeida Carvalho, ela tem ciência que a história de vida dela está sendo publicada para encorajar outros estudantes com deficiência, nascida na capital baiana.

No dia 27 de junho de 1972, em Salvador, inicia-se a trajetória de vida da nossa protagonista, marcada por muitos desafios e superações. Quando nasceu, as pessoas da família achavam que ela tinha os olhos verdes, mas quando a levaram ao pediatra, já com quatro meses de idade, descobriram que ela tinha catarata, glaucoma e paralisia cerebral parcial. Diante desses diagnósticos, passa-se a fazer os encaminhamentos para a cirurgia nos olhos, porque ela não enxergava. Claudenice passou por duas cirurgias nos olhos, a primeira de catarata e a segunda de glaucoma. Após a realização das duas cirurgias, passou a ter baixa visão, necessitando de uso contínuo de colírios e acompanhamento oftalmológico até hoje, devido à pressão ocular.

Por conta da cirurgia nos olhos ela teve que ficar vendada e amarrada, e isso resultou no atrofiamento das pernas, assim se arrastava pelo chão para poder se locomover. Diante dessa situação, a família foi em busca de um ortopedista, que informou que ela precisava fazer uma cirurgia nas pernas, pelo fato de não conseguir se firmar em pé, sentar-se e locomover-se. Assim, depois da cirurgia nos olhos, passou por uma cirurgia nas pernas para poder andar. Tendo que usar gessos durante um tempo, depois sapatos ortopédicos e realizar fisioterapias. A casa foi adaptada para ela, mas na rua só sai com um acompanhante devido à falta de adaptação dos espaços públicos, bem como fato dela ainda não se encontrar plenamente fortalecida para desenvolver suas ações autonomamente.

As pessoas com paralisia cerebral, como observa Pereira (2018, p. 53):

[...] apresentam maior risco de comorbidades clínicas e aqueles que são classificados com maior comprometimento funcional, GMFCS IV e V, são especialmente propensos a complicações graves que levam à hospitalização e óbito e que devem ser acompanhados com vistas a

reduzir a morbidade e mortalidade. As complicações respiratórias são aquelas que frequentemente levam a internações e óbito.

E no caso de Claudenice não foi diferente, tendo que passar por algumas cirurgias para ter mais autonomia e várias correções nos tendões para locomover-se. Assim, passou por mais de sete cirurgias até chegar num processo de melhora, com o acompanhamento de profissionais, como fonoaudiólogo, psicólogo, fisioterapeuta e neurologista. Uma equipe multidisciplinar que contribuiu bastante no processo de desenvolvimento dela, cada um com função importante para o seu desenvolvimento em todos os aspectos, social, físico, cognitivo, afetivo e psicológico.

Em 1985, com 13 anos de idade, foi encaminhada pela assistente social para o Instituto de Organização Neurológica (ION), onde foi orientada, ao invés de fazer barra) exercício físico feito em cima de uma mesa), a fazer capoeira, que lhe proporcionaria mexer mais as pernas, o que resultou em um melhor desenvolvimento físico e motor. Assim, ela passa a ser acompanhada pelo ION, acompanhamento esse que perdura até hoje, passando pela médica neurologista a cada três meses.

Em 1993, aos 21 anos de idade, passa a frequentar o Instituto Bahiano de Reabilitação (IBR), onde teve a oportunidade de fazer TEOR, uma atividade de fisioterapia nas mãos e pernas. Com isso, tendo um maior despenho em sua mobilidade. Um ano depois teve alta do IBR e, por conta da baixa visão, passou a frequentar o Instituto dos Cegos, mas não ficou por conta da idade avançada, tendo em vista que deveria ter começado aos 18 anos. Assim, foi recomendada, pela assistente social, a buscar acompanhamento no Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), onde frequentou por três meses. Ao receber alta do CAPS voltou a frequentar o Instituto dos Cegos aonde vai a cada seis meses.

Ante os aspectos anteriormente mencionados, ao ser questionada sobre quais foram os desafios que ela encontrou e ainda encontra na sua vida pessoal e social para se sentir incluída socialmente, Claudenice respondeu: *“eu sou deficiente que às vezes no ônibus me olha, como se eu fosse normal, hoje eu me vejo segura e acolhida.* Sobre a pergunta dos meios utilizados para seu letramento e alfabetização, ela respondeu: *“aprendi a escrever com dificuldades por causa das minhas mãos, porque não tinha firmeza.”* Neste sentido, é possível identificar traços de suas limitações e anseios, através das suas falas, e que necessitava de um acompanhamento da escola e da família, no seu progresso.

No entanto, ao ser questionada sobre em quais espaços sociais ela se sentiu excluída, ressaltou que se sentia excluída na escola quando algumas pessoas diziam, exemplo: **“Não quero essa maluca estudando com a gente”**, ao ouvir essas palavras a magoava ou quando negavam a sua vez de falar nas aulas, passou um bom tempo passando essas informações em casa. Situações essas que a deixava triste, impactando negativamente no seu desempenho escolar, uma vez que a postura preconceituosa de algumas pessoas a tirava do seu objetivo de focar nos estudos. Outro desafio, foi a questão da acessibilidade, por conta das dificuldades motora, necessitando do acompanhamento de alguém, pois não anda sozinha na rua. Assim, tendo que superar vários obstáculos pela falta de corrimão nos espaços que frequentavam, assim como na escola para se sentir incluída. E ela entendia da forma dela, que sofria rejeição de alguns colegas que não queriam estudar na mesma sala que ela, algumas vezes a agredindo fisicamente.

Diante do exposto, compartilha-se o pensamento de Pereira (2018, p. 54) que “a integração da pessoa com deficiência e sua família à vida independente e produtiva é indicador de qualidade dos serviços de saúde e cidadania. Fazem parte desta rede o sistema de educação, que deve garantir inclusão escolar a estes pacientes.” Entendendo que incluir não é apenas matriculá-los e colocá-los na sala de aula com os demais estudantes, mas garantir as condições necessárias para que possam se desenvolver social e intelectualmente.

No contexto atual, para Martins e Leitão (2012), o maior desafio que se apresenta às escolas, face à diversidade e heterogeneidade cada vez mais acentuadas dos estudantes na sala de aula, é o de implementar tipos de resposta diferenciados, de acordo com as necessidades individuais de cada um. Daí a necessidade de adaptação do ensino para atender às diversas necessidades dos alunos, considerando a crescente diversidade e heterogeneidade nas salas de aula. Isso implica desenvolver métodos pedagógicos que sejam flexíveis e personalizados, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Cabe destacar que a trajetória escolar de Claudenice começou aos sete anos de idade em uma escola particular, isso no ano de 1982. Nessa escola, a professora chamou o pai e a mãe dela para informar que os estudantes não queriam uma deficiente com eles na sala de aula, aconselhando-os a colocá-la numa escola adaptada para o seu problema. Diante disso, como ainda não existia a obrigatoriedade

das escolas do sistema regular de ensino, públicas e privadas, matricular pessoas com deficiência, se sentiriam obrigados a tirá-la da escola e buscar uma outra.

Não foi uma procura fácil, mas com muita determinação, pois queriam que ela estudasse, conseguiram matriculá-la em uma escola Adelaide do Carmo. A professora começou usando jogos para ela começar a movimentar as mãos e ter atenção no que estava fazendo, e assim ela foi se adaptando. A professora, ao seu modo, buscou inclui-la na sala de aula junto aos outros alunos foi aonde ela se desenvolveu muito bem no ensino aprendizagem.

No ano de 2000, já com 28 anos de idade, a assistente social do ION chamou o pai e a mãe dela para informar que tinha sido instituído um decreto em que os estudantes com deficiência teriam que ser matriculados em escolas públicas para não perder o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante um salário-mínimo mensal a pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de garantir a sua sobrevivência por conta própria ou com o apoio da família. Assim, a família foi em buscar de uma escola e encontrou a escola Vitor Soares, no final de linha da Ribeira, onde ela começou a estudar e, por conseguinte, a ter um melhor desenvolvimento na aprendizagem. No entanto, ao perceber o seu desenvolvimento, a escola a mudou de série, colocando-a numa turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no turno vespertino, concluindo a Educação Básica, Vitor Soares, no ano de 2016.

Em relação, aos desafios que ela encontrou durante a sua trajetória escolar, afirmou que foi ser inserida na escola, por conta das dificuldades tanto intelectual como motora, necessitando de acompanhamento de alguém, porque não consiga andar sozinha na rua. Com isso, tendo que, a cada momento, superar diferentes obstáculos, em particular o preconceito dos colegas, que, como já foi dito, não queriam estudar com “aquela menina doente”, como diziam eles, enfatiza ela.

Contudo, também houve as oportunidades. A esse respeito, ao ser questionada sobre quais foram as oportunidades encontradas durante a sua trajetória escolar, enfatizou que foi aprender a escrever seu nome do seu jeito. Conforme relatou, a sua relação com os professores sempre foi a melhor possível, uma vez que eles compreendiam a sua condição e limitações e incentivava a melhorar seu desempenho nos estudos. Enfatizou ainda que passou por várias instituições e que, em quase todas, teve a sorte de encontrar profissionais dedicados, que a ajudou no seu desenvolvimento físico, cognitivo e social, tanto que ela adquiriu vários conhecimentos

e, por conseguinte, hoje se sente empoderada em responder questões que dizem respeito a sua vida pessoal, escolar e social. Assim,

Admitindo que a educação é fator imprescindível para o desenvolvimento da vida de qualquer cidadão e que, para ser realmente efetivada, precisa que sejam asseguradas as condições necessárias, é preciso que toda a sociedade esteja mobilizada para oportunizá-la. (Melo; Martins, 2007, p. 125)

Apesar dos estudos e experiências positivas e negativas que influenciaram a vida estudantil da senhora Claudenice de Almeida Carvalho, a completar sua trajetória formativa, percebeu-se as dificuldades e as discriminações, quanto à sua condição de vida em ser deficiente. Portanto, é imprescindível o fortalecimento do apoio familiar disposta a encarar os desafios privação aos modelos homogêneos e descontextualizados há uma sociedade inclusiva.

Muitos foram os desafios, mas também significativas foram as oportunidades encontradas por ela em sua vida pessoal, social e educacional. Como já foi dito, com o apoio da família e de algumas instituições, a exemplo das instituições mencionadas, ela conseguiu superar parte das barreiras que lhe eram impostas, aproveitando as oportunidades que lhes eram dadas. Mesmo diante de tantas dificuldades, ela tem uma vida em que se sente incluída socialmente.

Considerações finais

O processo de inclusão de estudantes que possuem a paralisia cerebral no sistema educacional ainda é algo em expansão. Atualmente com as políticas públicas e diretrizes curriculares e a ampliação do debate nas diferentes esferas da sociedade, é notório a preocupação em buscar investimento nos aspectos estruturais e curriculares, pois fazem uma grande diferença e reforçam a capacidade de aprendizagem destes estudantes.

As abordagens devem apresentar a clareza e capacitação sobre os processos da educação inclusiva, implica numa “mudança e o apoio de todos” (Mantoan, 1997), minimizando assim atitudes desfavoráveis e discursos negativos que coloca incertezas sobre evolução desenvolvimento das pessoas com deficiências. Estabelecer passos significativos através da revisar os papéis do professor, escola,

faculdade e outros setores da sociedade, a modificar a visão limitada e contraditória, quanto ao objetivo da equidade social.

Considerando a trajetória estudantil da senhora Claudenice como um exemplo resistência e resiliência em tempo propostos ao isolamento social e poucas instituições que trabalhavam com público de todo tipo de deficiência. Tendo em vista que aconteceu, porque um olhar acolhedor e a rede familiar trabalhou juntas na proposta da inclusão das práticas pedagógicas aplicadas assim como aplicadas na educação para adultos, a fim de alcançar os objetivos educacionais. Entretanto, é as possibilidades de acontecer em todo sistema educacional, práticas inclusivas há uma necessidade que as políticas e leis existentes, aborde de forma agressiva com formação continuada todo coro educativo, comunitário, família, além de agregar na área educacional os profissionais da saúde como agentes multiplicador e auxiliar diversidade e na equidade social.

Referências

ALVES, Ana Paula Ribeiro. SILVA, Nilson Rogério da. **História de vida em pesquisas qualitativas**: o caso de Beatriz. Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022.

ALVES. Elaine G. dos R. **A morte do filho idealizado**. [In]: O Mundo da Saúde, São Paulo - 2012;36(1):90-97. Disponível em: https://bvs.saude.gov.br/bvs/artigos/mundo_saude/morte_filho_idealizado.pdf
Acesso 07 Set 2024

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Inclusão e equidade nas oportunidades de ensino: o estudante surdo no contexto da educação inclusiva. **Revista Arte, Educação e Inclusão**, v. 18, n. 2, p. 218-237, abr./jun. 2020.

BRASIL. **Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015.

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CÉSAR, M. A escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos para todos. In: RODRIGUES, D. **Perspectivas sobre a inclusão**: da educação à sociedade. Porto: Porto Editora, 2003. p. 117-149.

DECLARAÇÃO de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, p. 523-536, set.-dez. 2012.

FRANCO, Marco Antônio Melo; GUERRA, Leonor Bezerra. O ensino e a aprendizagem da criança com paralisia cerebral: ações pedagógicas possíveis no processo de alfabetização. **Revista Educação Especial**, v. 28, n. 52, p. 311-323, mai./ago. 2015.

FREITAS, Meirielen Aparecida Gomes; TENÓRIO, Robinson Moreira. **Equidade e as pessoas com deficiência no Ensino Superior**. 2015.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, SENAC, 1997.

MARTINS, Isabel Catarina; LEITÃO, Maria Letícia Henriques. O aluno com paralisia cerebral em contexto educativo: diferenciação de metodologias e de estratégias. **Millenium**, n. 42, p. 59-66, jan./jun. 2012.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.13, n.1, p.111-130, jan./abr. 2007.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de; ARAUJO, Adriana Dias Gomide; PIMENTA, Denise Aparecida Oliveira. **O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/Iuperj.

PEREIRA, Heloisa V. Paralisia cerebral. **Residência Pediátrica**, v. 8, p.49-55, 2018.

PETEAN, Eucia Beatriz Lopes; MURATA, Marília Ferreira. Paralisia cerebral: conhecimento das mães sobre o diagnóstico e o impacto deste na dinâmica familiar. **Paidéia**, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto, p. p. 40-46, ago./dez. 2000.

ROCHA, Elza Macedo. A inclusão da criança com paralisia cerebral na escola. **Revista Unificada - Fauesp**, v.5, n.4, p. 77-80, 2023.

SOUZA, Cleide da Câmara. **Concepção do professor sobre o aluno com sequela de paralisia cerebral e sua inclusão no ensino regular**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.